

PARECER 032/2019 - CEIV

PARECER 032/2019 - CEIV
COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA
(CEIV)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2019014348
REQUERENTE: K2 – TOWER SOCIEDADE ANÔNIMA
ASSUNTO: GERAL
DESTINO: PROTOCOLO GERAL

A Comissão Permanente de Análise de Estudos de Impacto de Vizinhança, instituída através do Decreto 9.154, de 23 de outubro de 2018, após análise do processo em tela verificou-se que o EIV protocolado não atende a Lei Complementar Municipal nº 24/2018, conforme dispositivos a seguir:

Art. 3º - O EIV será sempre exigido aos empreendimentos públicos ou privados, que possam causar impacto no ambiente natural ou construído, sobrecarga na capacidade de atendimento da infraestrutura básica ou ter repercussão ambiental significativa, a partir dos seguintes critérios: [...]

*§ 2º Para a elaboração do EIV, obrigatoriamente, deve-se aplicar a metodologia de identificação e avaliação de impactos, com preenchimento da matriz quali-quantitativa e definição do Valor de Compensação, **conforme critérios estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I)**, que é parte integrante desta Lei.*

§ 3º O EIV deve analisar as diferenças entre as condições existentes, antes e depois da implantação ou ampliação do empreendimento quando couber.

*Art. 5º A elaboração dos estudos de impacto de vizinhança fica sujeita, **obrigatoriamente, à aplicação de metodologia de Identificação e Avaliação de Impactos, com preenchimento da Matriz quali-quantitativa, conforme Termo de Referência (Anexo I).***



PARECER 032/2019 - CEIV

*Art. 9º A análise do EIV dos empreendimentos fica sujeita **ao pagamento da Taxa de Análise de EIV**, correspondente a 30% do valor da taxa referente à Análise de Projetos, **a ser paga no momento de protocolização do EIV**.*

Art. 14 O empreendedor deverá fornecer uma cópia impressa, e a versão digital do relatório do EIV, e cópia impressa do projeto Legal Arquitetônico, a ser protocolado no Protocolo Geral desta Administração Municipal.

Nesse sentido, a CEIV solicita ao requerente que proceda a revisão do EIV apresentado, para que esse seja elaborado de acordo com o Termo de Referência da LC 24/2018; recolha aos cofres municipais o valor referente à taxa de Análise do EIV (o comprovante anexado corresponde a taxa de análise de projetos) e apresente o documento que comprove a existência de projeto em análise tramitando no Departamento de Análise de Projetos.

Balneário Camboriú, 30 de maio de 2019.


FÁBIO MIRANDA BECKER
Presidente da CEIV